

O SÉCULO XX, CENÁRIO DOS DICIONÁRIOS FUNDADORES DA LEXICOGRAFIA BRASILEIRA: RELAÇÕES COM A IDENTIDADE DO PORTUGUÊS DO BRASIL¹

Maria da Graça KRIEGER²
Alexandra Feldekircher MÜLLER³
Andréa Roberta da Rocha GARCIA⁴
Rosinalda Pereira BATISTA⁵

- **RESUMO:** Este artigo define o século XX como um marco histórico da lexicografia brasileira, porque nele surgem os primeiros dicionários de língua que registram o português do Brasil. Numa primeira fase, este registro ocorre em obras publicadas em co-edição Portugal-Brasil, seguindo-se publicações, exclusivamente, nacionais. Com base num conjunto de critérios, seis obras são consideradas fundadoras da lexicografia brasileira. São analisadas suas condições de produção, privilegiando o ângulo das distintas formas de registro do português do Brasil em cada uma delas, sem a preocupação de avaliar os princípios de marcas de “brasileirismos”. O cenário comparativo entre as obras estudadas evidencia que a dicionarização do português do Brasil avança gradativamente, fator que contribui para estabelecer a feição do léxico brasileiro, bem como para configurar a identidade do português do Brasil e da própria lexicografia nacional. Destaca-se, dessa forma, o papel dos dicionários monolíngües como instrumentos de fixação e de legitimação do dizer das coletividades lingüísticas.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Lexicografia brasileira; dicionário monolíngüe; dicionário fundador; brasileiro; identidade.

¹ Os dados apresentados neste artigo integram a pesquisa denominada “A lexicografia brasileira do século XX: parâmetros constitutivos e relações com a identidade lingüística do Brasil”, que está sendo desenvolvida, ainda em fase inicial, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Vale registrar a dificuldade de encontrar obras originais e o conjunto das edições nas bibliotecas brasileiras.

² UNISINOS – Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada – 93022-000 – São Leopoldo – RS – Brasil. Endereço eletrônico: mkrieger@unisinos.br

³ UNISINOS – 93022-000 – São Leopoldo – RS – Brasil. Endereço eletrônico: alexandra.f.m@gmail.com

⁴ UNISINOS – 93022-000 – São Leopoldo – RS – Brasil. Endereço eletrônico: andrearobertag@gmail.com

⁵ UNISINOS – 93022-000 – São Leopoldo – RS – Brasil. Endereço eletrônico: rosikmf@yahoo.com.br

Introdução

O século XX representa um marco histórico na lexicografia brasileira. É neste período que surgem os nossos primeiros dicionários, editados seja em coedição com Portugal, seja exclusivamente por editora nacional. É também no século XX que a Academia Brasileira de Letras vê concretizar, mesmo que tardiamente, seu projeto de publicar um Dicionário da Língua Portuguesa. É, pois, somente nesse período, ainda recente, que é interrompido um vazio de quatro séculos com o efetivo nascimento da lexicografia nacional, definida mais pelos registros do Português do Brasil (PB) do que pelo lugar geográfico de publicação.

O dicionário de língua – a mais prototípica das obras lexicográficas – constitui-se no único lugar que reúne, de modo sistemático, o conjunto dos itens lexicais criados e utilizados por uma comunidade lingüística, permitindo que ela reconheça-se a si mesma em sua história e em sua cultura. Além de se constituir em espelho da memória social da língua, o dicionário desempenha o papel de legitimar o léxico. E, como tal, alcança o estatuto de um código normativo que define parâmetros orientadores dos usos lexicais.

Por todos esses papéis, o dicionário converte-se no testemunho, por excelência, da constituição histórica do léxico de um idioma, bem como da identidade lingüístico-cultural das comunidades. Nessa medida, ele atribui coesão às sociedades e projeção às suas culturas, como refere Lara (1996). Tanto é assim que a história da lexicografia na Europa, particularmente no século XVII, está fortemente vinculada a reorganizações de caráter geopolítico que levam ao surgimento das nações européias, e a conseqüente preocupação com a unidade lingüística dessas nações. Ilustra essa preocupação o surgimento, na França, do Dicionário da Academia, dedicado ao rei Luis XIII. Concluído em 1694, a elaboração deste dicionário, que expressa o início da identidade da língua francesa moderna, representou na época:

[...] a conjunção bem definida entre as necessidades de construir um Estado unificado e o desejo de fixação da língua como normalização das práticas lingüísticas, literárias ou técnicas, o que explica que o francês do século XVII seja hoje reconhecido como o início do francês moderno. (tradução nossa) (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p.8)

Ao longo de sua história, o Brasil jamais contou com uma política lingüística que levasse à valorização de alguma obra lexicográfica a despeito do projeto da Academia. De toda forma, os primeiros dicionários que, por diferentes razões e interesses, passam a contemplar a realidade lingüística do Brasil, desempenharam também o papel de fixar a unidade e a pluralidade do português

aqui falado. A identificação das estratégias lexicográficas de fixação de nosso léxico contribui para a história da identidade do PB, tema em torno do qual muita polêmica já se estabeleceu. Sem o objetivo de adentrar nessa problemática, interessa aqui caracterizar o surgimento da lexicografia brasileira, considerando os registros de nosso léxico. Na realidade, há uma relação indissociável entre a história do português do Brasil e a da lexicografia nacional, que somente se estabelece ao longo do século XX.

Considerar que a lexicografia desse século é inaugural, não significa esquecer que a consciência sobre a emergência da dicionarização do léxico usado no Brasil, envolvendo questões da identidade lingüística do país, seja fato exclusivo desse período. Ao contrário, o século XIX é já cenário da problemática de reconhecimento do PB e de sua inter-relação com iniciativas lexicográficas pioneiras:

De fato, porém, a primeira tentativa de descrever o vocabulário brasileiro foi feita por Antônio Joaquim Macedo Soares. Ele seria o primeiro dicionarista a descrever o português brasileiro se sua obra tivesse sido publicada integralmente no século dezanove. Contudo, só a primeira parte, a letra C, foi publicada em 1888. Seu dicionário contém definições claras e precisas bem como informações de natureza fonética e etimológica. A posição nacionalista de Macedo Soares que pugnava pelo reconhecimento da individualidade do português brasileiro está evidente nesta passagem: "... no Brasil [...] todos [...] falamos e escrevemos nesta nossa língua que os críticos de Lisboa censuram" (Soares, 1954, p.xx). (BIDERMAN, 2002, p.71)

Apesar desse tipo de iniciativa, as obras voltadas ao registro de brasileirismos no século XIX caracterizaram-se por funcionar "como complementos dos dicionários portugueses" (NUNES, 2006, p.205). Em contraponto, uma lexicografia autônoma é fato apenas do século XX. A importância desse período para a história da lexicografia do Brasil, bem como do papel do dicionário de língua na configuração da identidade lingüística de uma nação justificam o objetivo de traçar o panorama inaugural da produção dicionarística do século XX, com base nas obras que podem ser consideradas fundadoras de nossa lexicografia.

Os dicionários fundadores

O século XX permite identificar algo em torno de 70 dicionários de língua portuguesa publicados no Brasil, variando entre obras de grande porte, do tipo padrão ou enciclopédico, dicionários ilustrados, escolares, minidicionários, entre outras tipologias que pretendem cobrir o léxico do português falado no Brasil, incluindo os dicionários de regionalismos.

Nesse amplo quadro, há alguns títulos que se destacam, constituindo-se em obras fundadoras e, por isso, referenciais no quadro de nossa lexicografia. Tal referencialidade está associada a outros fatores que se agregam à cronologia, como: a proposta formal de registrar o léxico do Brasil, independentemente da frequência maior ou menor, dados de publicação que incluem o Brasil, a extensão da nomenclatura de modo a caracterizar um dicionário de língua de tipo padrão, o número de edições, a expressão do autor e o prestígio da casa editorial. Daí resultam seis títulos que podem ser subdivididos em dois grupos, já que dois deles são originariamente portugueses, sendo os outros quatro exclusivamente brasileiros. Com as respectivas datas de primeira edição, para o ou no Brasil, e suas denominações originais,⁶ são eles:

a) Publicações Portugal/Brasil

- *Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido Figueiredo* (1926);⁷
- *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete* (1958);⁸

b) Publicações Brasil

- *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1938);⁹
- *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (Laudelino Freire, 1939-1944);
- *Dicionário da Língua Portuguesa* (Antenor Nascentes, 1961-1967);¹⁰
- *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, 1975).¹¹

Desse conjunto, é de grande relevância a extensão da nomenclatura. Sem adentrar em toda a problemática das tipologias, o número de entradas é um componente que permite identificar o dicionário de língua do tipo padrão ou

⁶ Oficialmente, assim denominados, algumas dessas obras sofreram alterações de títulos e editoras em novas edições.

⁷ A partir da 14ª edição, a palavra “Novo” sai do título da obra de Cândido Figueiredo, ficando somente *Dicionário da Língua Portuguesa*.

⁸ O nome do autor Caldas Aulete permanece até hoje nas sucessivas edições, bem como na versão escolar. Uma nova edição do dicionário do tipo geral está sendo preparada, devendo manter o mesmo nome.

⁹ O *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* é uma obra coletiva que teve nas suas primeiras edições como organizadores José Baptista da Luz, Hildebrando de Lima, Gustavo Barroso e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

¹⁰ Publicado em 1961-1967, esta obra é de autoria de Antenor Nascentes, sob encomenda da Academia Brasileira de Letras (ABL).

¹¹ *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira é publicado nas suas três edições (1975, 1986, 1999) pela editora Nova Fronteira. Na primeira e segunda edição permanece com o mesmo título. Na terceira, recebe o título de *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o Aurélio Século XXI*. No entanto, na reimpressão pela editora Positivo (2004), o título é alterado para *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*.

geral, compreendidos como aqueles que buscam dar representatividade ao léxico de um idioma, sem estabelecer recortes em seus repertórios léxicos, por se destinarem a públicos específicos, como os dicionários escolares ou minidicionários. Apesar de algumas diferenças numéricas no plano da nomenclatura, a abrangência de registros lexicais caracteriza todos os dicionários selecionados, como dicionários de língua, que nessas condições permitem contar a história de fixação do léxico do Brasil.

O número de edições é, por sua vez, um indicativo da aceitabilidade da obra junto aos usuários, caso particular do *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (PDBLP), que teve treze edições e que, ao seu modo, também buscou a representatividade lexical do PB, apesar de ser mais reduzido se comparado aos outros (cerca de 60 mil verbetes).

A instituição responsável pela edição é outro fator significativo, na medida em que responde pelo respaldo institucional da publicação, caso típico do *Dicionário da Língua Portuguesa*, assinado por Antenor Nascentes. A esses componentes, agregam-se a credibilidade e o prestígio do nome dos lexicógrafos que se tornaram referência na produção lexicográfica do Brasil. Por todos esses fatores ou por algum específico, tais obras integram o que consideramos o quadro da produção lexicográfica brasileira inaugural, e, como tal, merecem observações detalhadas, iniciando-se pelas duas que nascem em Portugal.

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido Figueiredo* data ainda do final do século XIX. Teve sucessivas edições, chegando ao Brasil no século XX, sob a forma de publicação conjunta dos dois países. Nesse sentido, a quarta edição (1926), corresponde à primeira do Brasil e, nos dados de imprensa, encontra-se que a obra foi “composta e impressa na Imprensa Portugal Brasil, de Lisboa”. Este expediente editorial marca a relação com o Brasil e não a proposta lexicográfica original.

Em Portugal, o dicionário havia alcançado grande prestígio, como ilustram as palavras de Júlio Dantas, presidente da Academia de Ciências de Lisboa, no prefácio da décima primeira edição (1945): “O Dicionário de Cândido Figueiredo era já, em vida do autor, o melhor dicionário, da língua portuguesa; o mais opulento, o mais vivo e, tecnicamente, o mais perfeito”.

A opulência referida justifica-se pela extensão da nomenclatura (136 mil entradas), significativa para a época. A exaustividade dos itens léxicos da língua portuguesa explica também a aceitação desta obra em Portugal e no Brasil.

A primeira edição “brasileira”, correspondente à quarta da história editorial do Cândido, e, embora editada postumamente, foi fruto do trabalho de Cândido Figueiredo, que, em seus prefácios, menciona a inclusão de brasileirismos no quadro do vocabulário popular que seu dicionário procurou acolher. Por isto,

distingue-se de outros dicionários, de acordo com suas próprias palavras. No entanto, são raríssimos os itens lexicais assinalados formalmente como brasileirismos. Tanto que, em análise por amostragem, efetuada na décima quarta edição (1949), num total de 293 verbetes, cerca de 11% destes tem a marcação de brasileirismo.

Na realidade, a representação do léxico brasileiro, mesmo em edição bem posterior às assinadas e projetadas pelo próprio autor, não alcança maior significância. Nessa mesma direção, é interessante observar que a preocupação com o Brasil, tomando como exemplo o prefácio da décima primeira edição, de 1949, assinada por Júlio Dantas, limita-se à referência de que “a presente edição está de acordo com o regime de escrita vigente em Portugal e no Brasil”.

Os dois componentes – a dupla nacionalidade editorial e a opção pela ortografia comum aos dois países – estabelecem a relação formal do dicionário de Cândido Figueiredo com o Brasil. De igual modo, pode-se entender que a inclusão de brasileirismos expressa uma compreensão de que um dicionário da língua portuguesa de tipo *thesaurus*, tal como o seu se configura, não pode prescindir de itens léxicos do PB.

O conjunto de condições de produção da obra de Cândido revela um projeto editorial que, acima de tudo, visa à aceitabilidade da obra no mercado brasileiro. Em outras palavras, é um dicionário que se limitou a servir ao Brasil. Mesmo assim projetado, a obra de Cândido de Figueiredo, com seus quatro tradicionais volumes, abriu as portas ao PB. Por tudo isso, a história inaugural de nossa lexicografia não pode deixar de conceder-lhe um lugar.

A segunda obra que nasce em Portugal (1881) e passa a integrar a história da lexicografia do Brasil do século XX é o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, geralmente conhecido pelo nome do autor. Referir seu nome é também uma forma de reconhecimento ao projeto do lexicógrafo já que este dicionário:

Foi na sua maior parte elaborado por António Lopes dos Santos Valente (1823-1896), dando segmento a um plano de Caldas Aulete (1823-1878) que faleceu quando a redação do dicionário que ele dirigia tinha apenas chegado ao final da letra “A”. O seu nome ficou todavia a prevalecer como referência autoral. (VERDELHO, 2002, p.42)

No todo, são três edições em Portugal, a quarta se dá no Brasil (1958, Editora Delta), dando início à fase brasileira do Caldas, a qual conta, no mínimo, com mais três edições no país (1964, 1980 e 1985). É uma obra de grande porte (cinco volumes, com aproximadamente 136 mil verbetes), que se caracteriza por se manter atualizada e aumentada a cada nova edição.

Este dicionário possui um diferencial a ser observado. Contrariamente à tradição da lexicografia da língua portuguesa que não costuma apresentar dados precisos sobre os critérios de composição da obra, nem registrar as mudanças introduzidas nas novas edições, este registra várias informações a cada novo prefácio. Assim, o Caldas Aulete inova, ao precisar informações sobre as fontes de coleta de dados, o número de verbetes existentes, referindo também o tipo de usuário a que se destina a obra, entre outros componentes.

Entre as informações prefaciais, está expressa a relação com o Brasil, conforme nota dos editores da terceira edição:

Patrimônio comum dos povos que nela se expressam a língua portuguesa sempre teve, nas sucessivas edições atualizadas deste dicionário, o índice mais elevado da sua lexicografia. Ideado em Portugal, cercado desde o início pelo carinho e pela compreensão de prestimosos editores, bem cedo passou o “Dicionário Contemporâneo” a irradiar no Brasil as suas generosas luzes. E cada nova edição trazia, sobre o trabalho básico, os acrescentos que daqui lhe mandavam os nossos melhores filólogos. Cresceu assim em volume, informação e ciência, compôs um todo brasileiro e tornou-se, como a própria língua, um valioso e comum acervo de duas pátrias. Até aí, porém, o concurso brasileiro tinha caráter suplementar, sem nele depor, paralelamente à vasta contribuição portuguesa, todo o seu riquíssimo subsídio. Integrar esses dois mananciais do vernáculo nas páginas mais bem preparadas para os receber, que eram as deste dicionário, pareciamos não só um grande objetivo editorial mas uma fusão de certo alcance histórico. (AULETE, 1980, p.v)

Para além do “alcance” ou do interesse editorial, o prefácio da primeira edição (1958) revela aspectos referentes à problemática do PB,¹² considerando o ângulo da polêmica que versa sobre a unidade ou independência das duas variantes.

[...] este dicionário recolhe o acervo da língua escrita em Portugal e no Brasil, no momento o idioma de lá e o de cá vão chegando a um bívio de onde obliquarão para os seus rumos independentes. Tais rotas se configurarão, linguisticamente, pelas vocações diversas de ambas as pátrias. (AULETE, 1980, p.vii)

Por outro lado, o prefácio aludido explicita o tratamento formal que internamente é atribuído aos vocábulos de uso exclusivo ou preferentemente brasileiro, colhidos “nos autores ou entre o povo”. Acrescenta-lhes, inclusive, as marcas formais de regionalismos.

¹²Dados pesquisados indicam que a primeira edição aparece em Lisboa em 1881; a segunda em 1925 e a terceira em 1948.

Vale também mencionar que o exame de algumas letras do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* de Caldas Aulete, primeira edição brasileira (1958), mostra que a obra mantém uma média de 20% de entradas com marcas formais de brasileirismos. Tais dados são ilustrativos da consistência de representação do léxico brasileiro nesse dicionário, sobretudo quando comparado ao de Cândido de Figueiredo. Desse modo, apesar de ser originalmente português, o *Caldas Aulete* assume uma feição brasileira, não apenas por ser publicado por editora nacional, mas pela inclusão sistemática do léxico brasileiro. Além disso, as sucessivas edições no Brasil apontam para a atualização e ampliação dos dados.

Esses fatores certamente explicam, em muito, seu sucesso editorial entre nós, junto ao fato de ser uma obra de grande porte e, nessa medida, representativa do acervo geral da língua portuguesa, como o de Cândido de Figueiredo. Apesar dessa aproximação, os dois dicionários não se igualam nas suas propostas lexicográficas, já que o primeiro deles privilegia um projeto editorial que busca viabilizar sua circulação no Brasil.

Com esses dois títulos, encerra-se o ciclo dos dicionários de origem portuguesa que fazem parte da história da lexicografia do Brasil. As obras efetivamente brasileiras constituem um outro ciclo, cujo pioneirismo cronológico (1938) pertence ao *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, que, no próprio nome, contém a indicação de nacionalidade. Publicado pela Editora Civilização Brasileira (Rio de Janeiro/São Paulo), dominou com grande sucesso editorial a cena lexicográfica do país, chegando ao número de treze edições, sendo a última de 1980.

Costuma ser identificado como o “Pequeno Dicionário” sem menção a sua autoria que é da responsabilidade de uma equipe. Contou com a colaboração de nomes como Hildebrando Lima, Gustavo Barroso, Antenor Nascentes, Manuel Bandeira, José Baptista da Luz, Antenor Nascentes e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, cuja missão era a de registrar os brasileirismos. A inclusão de brasileirismos é formalizada pela abreviatura “bras.” logo após a palavra-entrada. Dados de estudos sobre esta inclusão indicam um percentual estimado em torno de 25% das entradas da obra. A partir da terceira edição (1942), destaca-se essa missão de Aurélio, que se torna responsável pelo projeto do dicionário.

Tendo colaborado neste Dicionário a partir da 3ª edição – e muito especialmente na actual, em que o submeti a uma revisão quase direi rigorosa, não apenas quanto à redacção, mas ainda quanto ao método, e lhe acrescentei numerosíssimos termos, sobretudo brasileirismos, embora já fosse bem grande para as proporções da obra o trabalho feito em tal sentido nas tiragens anteriores – [...]. (FERREIRA, 1949, p.vii)

Embora denominado “Pequeno Dicionário”, as edições mantêm uma média de mais de 60 mil entradas, o que por si só o configura como um dicionário padrão do PB. Tal perfil confere ao PDBLP o estatuto de dicionário fundador, por excelência, da lexicografia brasileira. Foi também o dicionário de língua que acompanhou o cotidiano de gerações, e sofreu os efeitos de fechamento da Editora durante o governo militar do Brasil. Posteriormente, tem mais duas edições (décima segunda e décima terceira) pela editora Gamma, do Rio de Janeiro, com direitos autorais reservados para a editora Civilização Brasileira, conforme os dados da décima terceira edição (1980).

O sucesso do PDBLP está também associado ao fato de ser versátil, no sentido de que aparece apenas em um único volume. Tal versatilidade justifica-se pela preocupação com os usuários que seriam, conforme texto prefacial “o grande público do país” e não apenas literatos e outros profissionais que cultivavam a língua. Para estes, em conformidade com a tradição lexicográfica, eram necessários e projetados os dicionários tipo *thesaurus*, a exemplo das obras de Cândido Figueiredo e de Caldas Aulete, publicadas respectivamente, em quatro ou cinco volumes. Diferentemente, o PDBLP caracteriza-se pelo projeto de funcionar como uma obra de consulta prática para o uso cotidiano do grande público, podendo, inclusive, ser utilizada para o ensino.

Em seqüência cronológica, aparecem o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (1939), de *Laudelino Oliveira Freire*, e o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de autoria de Antenor Nascentes (1961-1967).

Não apenas o último, mas também o de Laudelino Freire tem uma história vinculada à Academia Brasileira de Letras (ABL) que determinou, em seus estatutos, o dever e a missão de produzir um dicionário da língua nacional ao modo dos países de grande tradição lexicográfica. De fato, a preocupação com a variante brasileira e o respectivo registro dos brasileirismos vem desde o início da fundação da Academia, em 20 de julho de 1897, com Machado de Assis na presidência. Nesse ano, a Academia nomeou uma comissão para redigir o Dicionário bibliográfico brasileiro.

Havia mister um Vocabulário, que foi proposto por Mário de Alencar e iniciado por João Ribeiro. Mário de Alencar insistiu pela necessidade da criação da Revista da Academia que, dirigida por ele, iria começar em 1910. Também nesse ano, Mário de Alencar propôs o início dos trabalhos de lexicografia, dos quais resultaria, primeiro, a coleta de dados para o chamado Dicionário de brasileirismos e, mais tarde, o Dicionário da língua. (www.academia.org.br, acesso em: jan. 2006).

Apesar dos seus ideais, as iniciativas da ABL para dotar o país de um dicionário de brasileirismos e depois de um dicionário da língua não se tornaram

fatos concretos tão facilmente. O levantamento do léxico brasileiro, realizado por alguns acadêmicos, permaneceu restrito a poucos fascículos da Revista da Academia.¹³ O trabalho foi interrompido sem que tivesse sido transformado no almejado dicionário. A título de ilustração, vale mencionar que, embora o tema dos brasileirismos tenha se tornado relevante para a Academia, esta não possuía ainda um conceito claro, nem tampouco consensual sobre a identificação a ser feita sobre o léxico do Brasil (RAMOS; RIBEIRO; CASTRO, 1923).

O projeto maior do dicionário de língua da Academia procurou se concretizar pela proposta de Laudelino Freire, ainda em 1924. Entretanto, diante da inoperância dos acadêmicos levarem a cabo essa tarefa, ele publica seu próprio dicionário, constituído de cinco volumes, que aparecem, gradativamente, entre 1939-1944. Duas novas edições de sua obra (1954 e 1957) podem ser encontradas.

É interessante ressaltar que a obra de Laudelino Freire não apresenta marcas formais para assinalar os brasileirismos. Duas razões explicam esse posicionamento, de acordo com as palavras do próprio autor: “Feito principalmente para brasileiros, este dicionário não precisa de indicação de brasileirismos para conhecimento da linguagem falada no país. Além disso, não é fácil definir o que seja brasileirismo”. (FREIRE, 1957, p.viii)

Justo à consciência dos problemas que envolvem a identificação dos brasileirismos, na edição de 1924, Laudelino define sua concepção sobre o PB, destacando que o vocabulário da língua falada no Brasil é continuidade da língua de Portugal. Nesse sentido, os brasileirismos, mesmo em pequena proporção, integram seu dicionário, como uma “ampliação vocabular, modismos e dizeres”.

Em relação à obra de Laudelino, vale ainda salientar que o lexicógrafo marca algumas entradas como lusitanismos, demonstrando uma importante mudança de perspectiva: a variante de Portugal é que se torna a “outra língua”.

Só bem mais tarde, em 1961-1967, a ABL viu concretizado seu projeto de dicionário, pelas mãos de Antenor Nascentes, que já possuía experiência da Academia lexicográfica. A obra recebe o título de *Dicionário da Língua Portuguesa*, sendo publicada pela própria ABL e pela Bloch Editores, em seis volumes.¹⁴

Apesar de tão esperado, não obteve a repercussão almejada. Para Biderman:

¹³ Há poucos números da Revista da ABL dedicados ao registro de brasileirismos. Por exemplo, a de julho de 1910 (v.1) arrola 261 brasileirismos, ressaltando que foram colhidos, em primeiro lugar, de textos literários, agregando-se, posteriormente, outras fontes de coleta. A edição de abril de 1911 registra 63 brasileirismos; a de 1925, apenas 12. E a de 1927 apresenta somente o regulamento do “Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa”.

¹⁴ Anteriormente a essa publicação, Nascentes já tinha lançado a obra *Dicionário Básico do Português Brasileiro*, 1949.

Apesar das muitas qualidades deste dicionário, ele também não teve grande fortuna. Primeiro porque foi publicado muitos anos depois de concluído e não há nada que envelheça mais do que o léxico; segundo porque resultou em obra volumosa e o público comprovadamente prefere compulsar uma obra lexicográfica em apenas um volume e que lhe custe menos. (BIDERMAN, 2002, p.77)

A esses fatos se pode acrescentar que, no plano de questões linguísticas, nossa Academia carece da imagem de autoridade, como acontece com as que atuam, positivamente, em países de valorização da língua, entendendo-a como um bem cultural e expressão primeira de identidade de suas respectivas nações.

Mesmo com toda essa ordem de problemas, o dicionário da ABL veio a público para se constituir no dicionário de língua portuguesa do Brasil, visão determinante do registro do conjunto léxico – escrito e falado – no país. Desta sorte, também não faz marcação de brasileirismo, mas, no interior do verbete, assinala os sentidos regionais que perpassam as redes de acepções. E, como tal, espelha as variações de significado que caracterizam o falar brasileiro, como também procedeu Laudelino.

A obra que alcança a repercussão que a Academia esperava, e que consagra o léxico do PB é, incontestavelmente, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, o chamado *Dicionário Aurélio*. A primeira edição, datada de 1975, já se caracteriza como obra de grande porte em razão da extensão da nomenclatura, próxima a 150 mil entradas. A exaustividade dos registros também tipifica a obra de Aurélio como uma espécie de *thesaurus*. Nas duas edições subsequentes (1986 e 1999), amplia-se a nomenclatura. A segunda acresce cerca de 300 mil entradas e a terceira (2004) e última edição é apresentada como totalizando 435 mil verbetes.

No tocante aos brasileirismos, encontra-se cerca de 25% de ocorrências, coletadas em várias fontes. Segundo o autor, no prefácio da primeira edição (1938), refere que não se limitou ao literário, buscando outras fontes de coleta de dados, incluindo: a linguagem das revistas e textos jornalísticos, do teatro, do rádio e televisão, do falar do povo e dos linguajares diversos como jocosos, regionais, depreciativos, profissionais, giriescos.

Mesmo com limitações, a obra de Aurélio determina a feição do léxico vigente no Brasil. Além da grande representatividade, pode-se dizer que, com o *Aurélio*, as discussões sobre a autenticidade ou a identidade da língua portuguesa falada no Brasil acabam por perder o sentido. Tanto assim é que seu dicionário passou a ser largamente utilizado em Portugal, muito embora seja estruturado com base na variante brasileira. Dessa forma, o *Dicionário Aurélio*, junto com a concepção linguística de variante, contribuiu para reorientar o foco de discussão e de estudos sobre as questões linguísticas que envolvem o português de Portugal e do Brasil.

Por estas e outras razões, o *Dicionário Aurélio* assume uma posição de destaque no quadro dos dicionários fundadores da lexicografia brasileira, ocupando, praticamente sozinho, o cenário editorial da lexicografia da segunda metade do século XX. O nome de Aurélio tornou-se sinônimo de dicionário, constituindo-se de fato em obra de referência dos usos e sentidos da língua falada e escrita no Brasil. E como tal, estabelece definitivamente a lexicografia brasileira.

À guisa de conclusão

Este breve panorama sobre o início formal da lexicografia brasileira, que vem a ocorrer somente no século XX, atesta o largo período em que o português, aqui falado e escrito, ficou a descoberto. Alguns dicionários de língua surgidos nesse século contribuíram para cobrir essa imensa lacuna, tornando-se obras fundadoras de nossa lexicografia, a despeito de suas distintas propostas lexicográficas particulares, bem como do traço distintivo que demarca dois grupos de obras: as que se originam em Portugal e as que são genuinamente brasileiras.

O ciclo originariamente português tem um papel precursor, caracterizando-se por revelar uma motivação de alcance comercial, pois integrado por dicionários de língua portuguesa que podem ser utilizados pelos brasileiros, na medida em que contemplam alguns brasileirismos. No caso particular do Candido de Figueiredo, ressalta ainda a preocupação com uma ortografia comum entre dois países, de forma a garantir as condições de utilização pelos “novos” usuários. Já o Caldas Aulete reescreve seu percurso, ao ser publicado por editora nacional em sucessivas edições.

No ciclo brasileiro inicial, sobrepõe-se a disposição de que o país conte com um dicionário brasileiro da língua portuguesa, nome que inclusive assume o PDBLP, o grande pioneiro (1938) entre as obras efetivamente fundadoras. É em direção semelhante que se inscreve o Dicionário da ABL. Apesar da coincidência de pontos de vista, somente o segundo tem uma chancela institucional. Os dicionários que se seguiram e que desempenharam o papel de estabelecer a lexicografia do país e lhe dar visibilidade, caso particular do Aurélio, também não surgem de projetos institucionais. Este perfil de nossa lexicografia evidencia que, além de ser muito recente, a produção lexicográfica brasileira não está associada a políticas linguísticas de caráter oficial.

Talvez pelo fato de resultar de trabalhos isolados e solitários, há, entre os dicionários fundadores, uma grande disparidade quanto aos itens que registram como brasileirismos. É bem verdade que este não é um conceito homogêneo, e

que as obras fundadoras apresentam nomenclaturas estruturadas com base em distintas fontes de consulta e de inspiração, já que a idéia contemporânea de representatividade das fontes, consignadas em *corpora*, não orientava o fazer lexicográfico precursor do Brasil, apesar deste ser bastante recente.

Ao mesmo tempo, a distinção dos registros vincula-se ao fato de que as obras inaugurais surgem em tempos cronológicos distintos, a mostrar que os registros do léxico de feição brasileira avançam gradativamente, o que confirma o papel dos dicionários como testemunhos da história da constituição do repertório lexical do PB. Em paralelo, a presença do léxico da variante brasileira define a identidade da lexicografia nacional que, cada vez mais, amplia seu quadro de dicionários por força do sabor e do saber de alguns apaixonados pela língua.

KRIEGER, M. G. et al. The twentieth century scenery of the founding dictionaries in Brazilian lexicography: relations with the identity of Brazilian Portuguese. *Alfa*, São Paulo, v.50, n.2, p.173-187, 2006.

- *ABSTRACT: This article defines the twentieth century as a historical landmark of the Brazilian lexicography, for it is the century when the first dictionaries with record of Brazilian Portuguese registers appeared. At first, that record occurs in dictionaries published in Portugal-Brazil co-editions, followed by exclusively national publications. Based in a set of criteria, six materials are considered as founders of the Brazilian lexicography. The conditions of production of those materials are analyzed, privileging the distinct forms of the Brazilian Portuguese register in each one of them, without a concern about evaluating the mark principles of the Brazilian lexicon. The comparative scene among the studied materials evidences that the dictionary-like records of the Brazilian Portuguese advances gradually, a factor that contributes to the establishment of the Brazilian lexicon, as well as configuring the identity of the Portuguese of Brazil and the national lexicography. Thus, the role of monolingual dictionaries is highlighted as instruments for setting and legitimating the collective linguistic speech.*
- *KEYWORDS: Brazilian lexicography; monolingual dictionaries; founding dictionaries; identity.*

Referências bibliográficas

AULETE, C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1958. 5 v.

_____. _____. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964. 5 v.

_____. _____. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. 5 v.

_____. _____. 4. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1985. 5 v.

BIDERMAN, M. T. C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas; Pontes, 2002.

COLLINOT, A., MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler le dictionnaire*. Paris: PUF, 1997.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

_____. _____. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. _____. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FIGUEIREDO, C. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Arthur Brandão, 1926.

_____. _____. 11. ed. Lisboa: Bertrand; W. M. Jackson, 1945.

_____. *Dicionário da língua portuguesa de Cândido de Figueiredo*. 14. ed. Lisboa: Bertrand; W. M. Jackson, 1949.

FREIRE, L. Dicionário Brasileiro. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v.15, n.33, p.207-228, Set.1924.

_____. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A Noite, 1939-1944.

_____. _____. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

_____. _____. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

JOÃO, R. Dicionário de brasileirismos. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v.16, n.37, p.68-75, Jan. 1925.

LARA, L. F. *Teoria del diccionario monolingüe*. México: El Colegio de México, 1996.

NASCENTES, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Bloch, 1961-1967.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes, 2006.

PEQUENO dicionário brasileiro da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

_____. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1942.

_____. Organizado por Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso. Inteiramente revisto e consideravelmente aumentado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1949.

_____. 13. ed. Rio de Janeiro: Gamma, 1980.

RAMOS, S.; RIBEIRO, J.; CASTRO, A. Dicionário brasileiro. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v.14, n. 27-28, p.293-301, jul./dez. 1923.

REGULAMENTO do dicionário brasileiro da língua portuguesa. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, v.25, p.481-483, out. 1927.

SANTOS, D. R. J. Dicionário de brasileirismos. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, v.1, p.379, jul. 1910.

_____. _____. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, v.2, p.99-107, jan./abr. 1911.

VERDELHO, T. Dicionários portugueses, breve história. In: NUNES, J. H.; PETTER, M. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas; Pontes, 2002.

Bibliografia consultada

ALMEIDA, A. *Dicionários parentes e aderentes*. João Pessoa: Funape/Nova Stella, 1998.

BIDERMAN, M. T. C. Um dicionário para o português do Brasil. In: MARIA, C. C. S. *O Léxico em Estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

CARVALHO, E. O verbete na linha de produção. *Língua Portuguesa*, São Paulo. n.11, p., 2006.

FIGUEIREDO, C. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 7. ed. Lisboa: Bertrand; W. M. Jackson, 1939.

KRIEGER, M. G. A obra e o fazer dicionarísticos. *Cadernos do IL*. Porto Alegre, n.10, p. 9-22, 1993.

OLIVEIRA, P. P. M. A. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: CIÊNCIAS do léxico. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

PEQUENO dicionário brasileiro da língua portuguesa. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1946.

Fonte eletrônica

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/>> Acesso em: 12 jan. 2006.

